



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

A saúde mental dos Agentes (de Segurança) Socioeducativos frente a hibridez do trabalho socioeducativo: nem tão ‘linha-dura’ nem tão ‘pão-doce’.

The mental health of Socioeducational (Security) Agents in the face of the hybrid nature of socio-educational work: neither so ‘hard-line’ nor so ‘soft-hearted’.

Eixo Temático: 9 – Sistema de justiça e exercício profissional

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa os impactos da hibridez institucional do sistema socioeducativo na saúde mental dos Agentes (de Segurança) Socioeducativos, mais especificamente, agentes lotados no Centro de Socioeducação Maria Luiza Marcate Ramos (CENSE MLMR), localizada na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Para isso, primeiramente, buscou-se identificar as tensões entre a função pedagógica e a lógica da segurança no cotidiano dos agentes; mapear os sintomas de sofrimento psíquico decorrentes dessa ambiguidade funcional; compreender as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos agentes e, por fim, sugerir diretrizes para políticas institucionais de cuidado em saúde mental. Este tema se coloca de forma relevante no atual cenário social, educacional, político e institucional no âmbito do DEGASE/RJ pois há uma demanda por melhores condições de trabalho e a atuação dos agentes. Assim, este trabalho busca responder o seguinte questionamento: Como a hibridez entre segurança e educação impacta a saúde mental dos Agentes (de Segurança) Socioeducativa no cotidiano institucional?. A metodologia aplicada será pesquisa quantitativa através de questionário com questões fechadas para mensurar os sintomas físicos e emocionais vivenciados pelo indivíduo nos últimos 30 dias. Espera-se, como resultados, a identificação dos índices de sofrimento psíquico evidenciando os efeitos da precarização das condições de trabalho e da indefinição identitária sobre a saúde mental desses profissionais.

2. DESENVOLVIMENTO

Este estudo ancora-se em abordagens clássicas e contemporâneas das Ciências Sociais, da Saúde Coletiva e da Psicodinâmica do Trabalho, com o objetivo de compreender como a hibridez institucional do sistema socioeducativo impacta a saúde mental dos agentes de segurança socioeducativa.

O conceito de “instituições totais”, proposto por Erving Goffman (2001), é central para compreender a lógica organizacional dos espaços de privação de liberdade, como presídios, hospitais

psiquiátricos e instituições socioeducativas. Nessas estruturas, tanto internos quanto trabalhadores vivem sob regras rígidas, controle do tempo e vigilância permanente, o que tende a despersonalizar as relações e afetar subjetivamente todos os envolvidos. Para Goffman, essas instituições impõem uma rotina que fragmenta identidades e restringe a autonomia, gerando efeitos psicossociais relevantes.

As contribuições de Michel Foucault (2009) também são fundamentais para o entendimento da racionalidade que estrutura tais espaços. Em *Vigiar e Punir*, o autor analisa o surgimento das instituições modernas de controle e disciplina, revelando como o poder opera por meio de tecnologias de vigilância, normalização e punição. No sistema socioeducativo, há um discurso oficial centrado na pedagogia e na ressocialização, mas a prática revela uma lógica herdada do sistema prisional, gerando um terreno ambíguo e contraditório que afeta diretamente o trabalho dos agentes.

Essa ambiguidade institucional é investigada por Vinuto e Bugnon (2022), que analisam os efeitos da superlotação e das disputas normativas no sistema socioeducativo brasileiro e francês. As autoras evidenciam que a indefinição entre os papéis educativos e de vigilância contribui para o esvaziamento simbólico das funções dos agentes, os quais oscilam entre posições de controle e cuidado, sem formação adequada para nenhuma das duas.

O estudo de Vinuto, Vargas e Gonçalves (2021) aprofunda essa questão ao mostrar como a hibridiz institucional fomenta disputas internas entre os próprios trabalhadores do sistema sobre o que deve ser o “verdadeiro” trabalho socioeducativo. As autoras argumentam que a centralidade dos procedimentos de segurança, em detrimento da pedagogia, gera conflitos interpessoais e reforça o adoecimento mental dos agentes, que lidam com a insegurança identitária e a sobrecarga emocional.

Esse processo também é analisado por Abreo, Vinuto e Gonçalves (2017), que discutem como as representações de masculinidade e virilidade afetam o trabalho dos agentes. O estudo mostra que a expectativa institucional por um comportamento de “linha dura” reforça a negação do sofrimento, dificultando o reconhecimento e o cuidado com a saúde mental desses profissionais.

Para aprofundar a análise do sofrimento psíquico no trabalho institucionalizado, recorre-se à Psicodinâmica do Trabalho, conforme elaborada por Christophe Dejours (1992). De acordo com o autor, o trabalho é inevitavelmente fonte de sofrimento, mas este pode ser transformado em realização pessoal quando há reconhecimento e espaço para elaboração subjetiva. No entanto, quando os trabalhadores não conseguem ressignificar esse sofrimento — como ocorre com os agentes



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

submetidos a contradições institucionais crônicas — ele se torna patogênico, levando a quadros de sofrimento mental persistente.

Na mesma linha, autores da Saúde do Trabalhador, como Maria Maeno e René Mendes, apontam que a organização do trabalho é um determinante central no processo saúde-doença. Maeno (2014) destaca que ambientes marcados por ambiguidade funcional, violência simbólica e ausência de suporte institucional favorecem a interiorização do fracasso organizacional como fracasso individual, ampliando os riscos de depressão, ansiedade e burnout.

Por fim, David Zucchi (2013) enfatiza que profissões que atuam diretamente com o sofrimento humano, como os agentes socioeducativos, demandam políticas específicas de cuidado institucional, sob pena de que o adoecimento seja normalizado ou invisibilizado. Segundo ele, a falta de estratégias organizacionais de escuta, acolhimento e prevenção de riscos psicossociais compromete não apenas a saúde dos trabalhadores, mas a própria eficácia da política pública executada.

Compreender, portanto, a historicidade da hibridiz institucional e os dispositivos que a sustentam é essencial para diagnosticar os fatores de desgaste mental dos agentes. Trata-se de uma categoria formalmente vinculada à educação, mas que opera sob uma lógica securitária, muitas vezes sem formação continuada, reconhecimento simbólico ou políticas de cuidado. O impacto dessa configuração sobre a saúde mental dos agentes não é um efeito colateral, mas uma expressão direta das contradições estruturais do sistema socioeducativo brasileiro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, com esta pesquisa, identificar indicadores significativos de sofrimento psíquico entre os agentes socioeducativos, tais como ansiedade, insônia, desmotivação, absenteísmo e esgotamento. Pretende-se também compreender os mecanismos individuais e coletivos de enfrentamento utilizados frente à precarização das condições de trabalho e à indefinição institucional de suas funções. A investigação busca, assim, oferecer subsídios empíricos para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental e valorização desses profissionais, bem como à necessária reestruturação do papel dos agentes no interior do sistema socioeducativo. O fortalecimento da dimensão pedagógica das medidas socioeducativas depende, em grande medida, do reconhecimento institucional dos agentes como sujeitos do cuidado, e não apenas da contenção —



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

o que exige revisões profundas nas práticas, formações e condições organizacionais a que estão submetidos.

4.REFERÊNCIAS

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. Disponível em: <https://app.uff.br/observatorio/uploads/Manicomios-prisoas-e-conventos.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/VIGIAR%20E%20PUNIR.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

VINUTO, Juliana; BUGNON, Géraldine. Superlotação no sistema socioeducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e na França. Sociologias, Porto Alegre, v.23, p. 106-137, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/ZHktHLqhZHPppBLg7KXfzVD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2025.

VINUTO, Juliana; VARGAS, Joana Domingues; GONÇALVES Hebe Signorini. “Falta de fechamento”: conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Sociedade e Estado, Brasília, v.36, n.3, p. 1037-1058, 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/se/a/rP5wJ656TLHtsKk7HBQQz6z/>. Acesso: 28 jun. 2025.

ABREO, Leandro. Entre capturas e resistências: situações de saúde e adoecimento no trabalho de agentes socioeducativos. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000861623&local_base=U-FR01#.Y_UCQnbMLIU.%20Acesso%20em:%202018%20dez.%202022. Acesso em: 29 jun. 2025.